

Companhia Energética do Jari – CEJA

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética do Jari - CEJA

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.073	58.684
Concessionárias	5	54.998	78.007
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	11.600	1.024
Outros tributos compensáveis	6	11.195	8.414
Prêmio de risco - GSF	11	2.294	2.294
Outros créditos	12	4.682	3.425
Total do Ativo Circulante		161.842	151.848
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6		3.657
Outros tributos compensáveis	6		2.350
Cauções e depósitos vinculados	10	22.321	24.089
Prêmio de risco - GSF	11	16.630	18.923
Outros Créditos	12	2.180	3.197
		41.131	52.216
Imobilizado	14	1.044.407	1.069.915
Intangível	15	487.910	504.388
		1.532.317	1.574.303
Total do Ativo Não circulante		1.573.448	1.626.519
TOTAL DO ATIVO		1.735.290	1.778.367

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	16	81.741	73.387
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.110	4.165
Outros tributos a recolher	6	7.912	2.089
Dividendos	9	32.074	22.176
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	54.029	58.748
Uso do bem público	18	2.144	1.901
Provisões	19	2.205	2.888
Outras contas a pagar	12	1.978	1.824
Total do Passivo Circulante		183.193	167.178
Não circulante			
Tributos diferidos	7	111.297	117.346
Empréstimos e financiamentos	17	492.270	541.072
Uso do bem público	18	27.758	22.740
Provisões	19	6.699	5.271
Outras contas a pagar	12	59	177
Total do Passivo Não circulante		638.083	686.606
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	850.824	850.824
Reservas de lucros	20.2.1	63.190	73.759
Total do Patrimônio líquido		914.014	924.583
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.735.290	1.778.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Companhia Individual		Consolidado
	Nota	2020	2019	2019
Receitas	21	275.301	23.275	268.562
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	22			
Custo do serviço de energia elétrica		(66.322)	(15.173)	(60.748)
Custo de operação		(43.440)	(3.716)	(34.851)
		<u>(109.762)</u>	<u>(18.889)</u>	<u>(95.599)</u>
Lucro bruto		165.539	4.386	172.963
Despesas e Receitas operacionais	22			
Despesas gerais e administrativas		(24.134)	(13.616)	(23.421)
Outras despesas e receitas operacionais		(259)	(85)	(42)
		<u>(24.393)</u>	<u>(13.701)</u>	<u>(23.463)</u>
Resultado das participações societárias	1.1		106.836	
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		141.146	97.521	149.500
Resultado financeiro	23			
Receitas financeiras		7.904	267	7.370
Despesas financeiras		(60.441)	(6.930)	(57.764)
		<u>(52.537)</u>	<u>(6.663)</u>	<u>(50.394)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		88.609	90.858	99.106
Tributos sobre o lucro	24			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.476)		(9.211)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.050	2.519	3.482
		<u>1.574</u>	<u>2.519</u>	<u>(5.729)</u>
Lucro líquido do exercício		90.183	93.377	93.377
Resultado por ação atribuível aos acionistas	25			
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)				
ON		3,49628	3,62011	3,62011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Companhia Individual		Consolidado
	2020	2019	2019
Lucro líquido do exercício	90.183	93.377	93.377
Resultado abrangente do exercício	90.183	93.377	93.377
Atribuível aos acionistas controladores	90.183	93.377	93.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(E em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	778.824	47.654	-	826.478	826.478
Aumento de capital AGOE de 29/04/2019	72.000			72.000	72.000
Distribuição de Dividendos AGE de 25/09/2019		(41.900)		(41.900)	(41.900)
Lucro líquido do exercício			93.377	93.377	93.377
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		4.669	(4.669)	-	-
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 28/11/2019			(17.302)	(17.302)	(17.302)
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 23/12/2019			(4.000)	(4.000)	(4.000)
Dividendos propostos			(4.070)	(4.070)	(4.070)
Lucro do exercício a deliberar		63.336	(63.336)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	850.824	73.759	-	924.583	924.583
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	850.824	73.759	-	924.583	
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2020		(63.018)		(63.018)	
Lucro líquido do exercício			90.183	90.183	
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		4.509	(4.509)	-	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		14.367	(14.367)	-	
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 30/12/2020			(37.734)	(37.734)	
Lucro do exercício a deliberar		33.573	(33.573)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	850.824	63.190	-	914.014	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Nota	Companhia Individual		Consolidado
	2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	88.609	90.858	99.106
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	53.032	14.766	43.023
Direito de concessão - GSF	(5.525)		
Amortização do prêmio de risco - GSF	2.293	191	2.294
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	37.811	4.008	49.728
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	7.155	600	3.210
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	2.304	183	(860)
Participações societárias		(106.836)	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	1.083	33	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(16)	(2)	(1.267)
Outros	13.313	(464)	2.136
	<u>200.059</u>	<u>3.337</u>	<u>197.370</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias	16.654	4.821	855
Outros tributos compensáveis	(8.097)	(11)	(5.674)
Estoques	(854)	(101)	
Outros ativos operacionais	577	(126)	(179)
	<u>8.280</u>	<u>4.583</u>	<u>(4.998)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	2.472	8.840	(8.615)
Outros tributos a recolher	7.824	2.286	2.569
Encargos Setoriais	(1.036)	(1)	
Provisões	(1.629)	(84)	(2.437)
Uso do bem público	(2.012)	(163)	(1.880)
Outros passivos operacionais	(11)	(510)	(1.121)
	<u>5.608</u>	<u>10.368</u>	<u>(11.484)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>213.947</u>	<u>18.288</u>	<u>180.888</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.417)	(613)	(6.448)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>199.530</u>	<u>17.675</u>	<u>174.440</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		52.257	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(6.433)	(1.081)	(2.245)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda		46.504	
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimento	<u>(6.433)</u>	<u>97.680</u>	<u>(2.245)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados	1.818	2.221	4.558
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(85.194)	(51.800)	(51.800)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(53.038)	(4.422)	(53.011)
Pagamentos de encargos de dívidas	(38.294)	(3.368)	(47.481)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(174.708)</u>	<u>(57.369)</u>	<u>(147.734)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>18.389</u>	<u>57.986</u>	<u>24.461</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	77.073	58.684	58.684
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58.684	698	34.223
	<u>18.389</u>	<u>57.986</u>	<u>24.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Companhia Individual		Consolidado
	2020	2019	
Geração do valor adicionado	326.214	27.816	315.435
Receita operacional	320.196	26.735	313.190
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.992	1.081	2.245
Outras receitas	26		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(90.010)	(20.043)	(79.963)
Custos da energia comprada	(48.082)	(14.633)	(42.596)
Encargos de uso da rede elétrica	(25.538)	(2.082)	(24.324)
Materiais	(1.724)	(1.134)	(5.512)
Serviços de terceiros	(11.537)	(1.477)	(4.237)
Outros custos operacionais	(3.129)	(717)	(3.294)
Valor adicionado bruto	236.204	7.773	235.472
Retenções			
Depreciações e amortizações	(53.032)	(14.766)	(43.023)
Valor adicionado líquido produzido	183.172	(6.993)	192.449
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	8.293	615	8.037
Resultado da equivalência patrimonial		106.836	
Valor adicionado total a distribuir	191.465	100.458	200.486
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	3.678	285	3.448
Benefícios	1.171	99	1.098
FGTS	215	47	398
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	31.044	780	42.977
Estaduais	4.740	401	2.881
Municipais			1
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	60.441	5.456	56.280
Aluguéis	(7)	13	26
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio	37.734		
Dividendos		22.176	22.176
	139.016	29.257	129.285
Lucros retidos	52.449	71.201	71.201
	191.465	100.458	200.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA, Controladora ou Companhia Individual) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia adquiriu, em 2011, 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações, Controlada ou Incorporada), sendo esta detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), tendo sido incorporada em 2019 (Nota 1.1).

1.1 Reorganização Societária - Incorporação da controlada ECE Participações S.A. pela CEJA

Em 30 de novembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da CEJA deliberou a Incorporação da controlada ECE Participações pela CEJA, que foi pautada nas seguintes justificativas:

a) a ECE é controlada pela CEJA, sendo esta a única acionista, e a ECE controlada indiretamente, pela EDP Energias do Brasil S.A. e China Three Gorges Brasil Energia Ltda;

b) a ECE detém o direito de explorar o potencial hidrelétrico da UHE Jari e comercializar a energia elétrica então gerada; e

c) a CEJA foi veículo utilizado para adquirir a ECE Participações S.A., então detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, a qual possuía os direitos de exploração da UHE Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá. A participação remanescente de 10% do Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A. (JESA) a qual também vendeu sua participação para a controlada CEJA, passando assim a ECE a ser detida 100%. Em 30 de novembro de 2019, após a incorporação dos saldos da ECE Participações, foram eliminados os saldos de ativos e passivos em comum.

1.2 Concessão

A ECE Participações detinha o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 19 de novembro de 2019 a ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 8.369, autorizou a transferência da Concessão da ECE Participações para Companhia para explorar a UHE Jari. A presente autorização vigorará pelo prazo remanescente, sub-rogando-se a CEJA em todos os direitos e obrigações que dela decorrem, com as seguintes características:

Empresa	Usina	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (*)	Energia Assegurada (*)	Concessão	
					(MW)	(MWm)	Início	Término
Companhia Energética do Jari - CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	PA/AP	Produtor Independente	Concessão	392,95	222,00	21/12/1987	31/12/2044

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2020, da energia assegurada de 222,00 MWm: (i) 190,00 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$192,19 por MWh, pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) 20,90 MWm de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWm, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$121,40 por MWh, até dezembro de 2044 também reajustado anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 3,8 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *General Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentaram a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a Aneel deu prazo de 90 dias – contados a partir da publicação da Resolução – para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas e a desistência da participação na ação judicial da Apine, com o respectivo pagamento dos valores hoje protegidos por liminar.

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao destravamento do MCP, que represa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto a Companhia procedeu com o registro contábil em dezembro, conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos aceitos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 3,8 meses (correspondentes a R\$5.525) no prazo de sua concessão. O referido registro foi efetuado no Intangível (Nota 15) em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 22).

1.2.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$2.140, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$29.902 (R\$24.641 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 18). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Como mencionado na nota 1.2, considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, a Companhia procedeu com o registro contábil em dezembro no valor de R\$5.525 relativo ao UBP correspondente ao incremento do prazo da concessão.

1.2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota (Nota 26.1.1).

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1); e Provisões necessárias para custos

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As informações financeiras foram consolidadas em 2019 e foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 13).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados; e
- A data das informações contábeis da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia.

A ECE Participações foi consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011 até 30 de novembro de 2019.

A partir de 30 de novembro de 2019, após a incorporação da ECE Participações pela CEJA, esta passa a ser demonstrada como Companhia Individual (Nota 1.1).

Para fins de comparação, os quadros que demonstram o resultado do exercício de 2019 contemplam a consolidação até 30 de novembro de 2019.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administrou os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Jari por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2020 e 2019, 100% da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Adesão da Resolução ANEEL nº 895/2020 - Regras para repactuação hidrológica

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020, que regulamenta as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (Nota 1.2.1).

3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 uma pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.2.1 Medidas de Assistência Governamental

3.2.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	9.618	8.492
Aplicações financeiras - renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	67.455	50.192
	67.455	50.192
Total	77.073	58.684

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas à taxa que variam entre 99,50% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		36.124	37.617
Energia de curto prazo	5.1	18.874	40.390
Total		54.998	78.007

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.4.

5.1 Energia de Curto Prazo

O saldo de R\$18.874 em 31 de dezembro de 2020 (R\$40.390 em 31 de dezembro de 2019) refere-se substancialmente: (i) ao saldo remanescente do reestabelecimento do FID (Fator de Indisponibilidade) do período de agosto de 2015 a fevereiro de 2016 obtido pela Companhia por instrumento de liminar judicial cujo recebimento por meio da liquidação da CCEE vem sendo impactado por inadimplência setorial e (ii) operações de venda de energia no Curto Prazo a serem liquidadas.

A composição do saldo de Energia de Curto prazo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	31/12/2020
FID (Liminar)	39.503
FID (atualização em 31 de dezembro de 2020)	11.266
Recebimento Liminar	(28.846)
Saldo Liminar em 31 de dezembro de 2020 (i)	21.923
Liquidações CCEE (ii)	(3.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.874

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	4.681		75	12.890		(6.046)	11.600
Total		4.681	-	75	12.890	-	(6.046)	11.600
Circulante		1.024						11.600
Não circulante		3.657						-
Outros tributos compensáveis								
ICMS		8	16					24
PIS e COFINS		11	7.665			(10)	(7.666)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		2.403	416			817		3.636
IRRF sobre juros s/ capital próprio		807				(807)		-
IR/CS retidos sobre faturamento		125						125
Outros	6.2	7.410						7.410
Total		10.764	8.097	-	-	-	(7.666)	11.195
Circulante		8.414						11.195
Não circulante		2.350						-
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.165	4.476	42	(1.527)		(6.046)	1.110
Total Circulante		4.165	4.476	42	(1.527)	-	(6.046)	1.110
Outros tributos a recolher								
ICMS		391	3.294	5	(3.618)			72
PIS e COFINS		914	29.572		(20.879)		(7.666)	1.941
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		88	526		(515)			99
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.3	600	5.660		(600)			5.660
Encargos com pessoal		92	1.084		(1.036)			140
Outros		4			(4)			-
Total Circulante		2.089	40.136	5	(26.652)	-	(7.666)	7.912

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$11.600 refere-se substancialmente a Lei 13.670/18, onde está a vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

6.2 Outros Ativos - Compensáveis

Do montante de R\$7.410, (R\$7.410 em 31 de dezembro de 2019), R\$7.161 (R\$7.161 em 31 de dezembro de 2019) é oriundo da retenção na fonte do faturamento para órgãos públicos, sob alíquota de 5,85%, que se refere a Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS.

6.3 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da ECE Participações (Nota 1.1), à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à Companhia à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo de R\$5.600 em 31 de dezembro de 2020, era relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2020, que foi liquidado em janeiro de 2021.

7 Tributos diferidos

		Passivo Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS		8	7
Imposto de renda e contribuição social	7.1	111.289	117.339
Total		111.297	117.346

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
					Companhia Individual		Consolidado
Prejuízos fiscais	39.123	39.469			(346)	1.642	1.642
Base negativa da contribuição social	12.578	14.209			(1.631)	591	591
	51.701	53.678	-	-	(1.977)	2.233	2.233
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	780	597			183	15	(80)
Gastos Pré-operacionais							(740)
Compra vantajosa			159.875	167.043	7.168		
Mais valia - CPC 15 (R1)							6.020
Uso do bem público - CPC 25	12.168	10.550	12.562	7.903	(3.041)	2.872	3.371
Direito de concessão - Outros			1.879		(1.879)	(1.879)	
Licenças ambientais	1.105	517	2.760	3.028	856	(2.596)	(7.356)
Outras	100	(1.718)	67	2.989	4.740	(5)	34
Total diferenças temporárias	14.153	9.946	177.143	180.963	8.027	(1.593)	1.249
Total	65.854	63.624	177.143	180.963	6.050	640	3.482
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(65.854)	(63.624)	(65.854)	(63.624)			
Total	-	-	111.289	117.339			

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais. A Administração da Companhia e de sua controlada elaboraram as projeções de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Companhia Individual							Total
2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	A partir de 2029	
10.843	10.937	11.862	12.273	12.875	4.631	2.433	65.854

8 Partes relacionadas

Além dos dividendos a receber de sua controlada no exercício de 2019 e a pagar para suas controladoras em conjunto nos exercícios de 2019 e 2020 (Nota 9), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Companhia Individual										
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) Operacionais	Passivo	Receitas (Despesas) Operacionais
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Não circulante	
				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	2020	31/12/2019	2019
Concessionárias (Nota 5)										
Venda de energia elétrica										
EDP Espírito Santo	Controle comum	174,22	01/01/2015 a 31/12/2044	641				5.769		526
EDP São Paulo	Controle comum	175,76	01/01/2015 a 31/12/2044	1.028				8.729		745
				1.669	-	-	-	14.498	-	1.271
Fornecedores (Nota 16)										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2019 a 31/12/2019							(4.583)
Energest	Controle comum	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046			57		(679)		(55)
Encargos de uso de rede										
EDP Transmissão	Controle comum		09/02/2019 à 31/01/2033			1		(17)		(2)
EDP Transmissão TMAII	Controle comum		04/01/2020 à 31/01/2033			2		(20)		
				-	-	60	-	(716)	-	(4.640)
Contrato de prestação de serviços (a)										
EDP Comercializadora	Controle comum		01/10/2019 a 31/12/2021				43	(569)	124	(124)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto indireta		01/01/2018 a 31/12/2021		236		16	689	53	111
				-	236	-	59	120	177	(13)
				1.669	236	60	59	13.902	177	(3.382)
				Consolidado						
				(Despesas) Operacionais 2019						
Concessionárias (Nota 5)										
Venda de energia elétrica										
EDP Espírito Santo	Controle comum	174,22	01/01/2015 a 31/12/2044	5.090						
EDP São Paulo	Controle comum	175,76	01/01/2015 a 31/12/2044	7.741						
				12.831						
Fornecedores (Nota 16)										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2019 a 31/12/2019	(22.620)						
Energest	Controle comum	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046	(594)						
Encargos de uso de rede										
EDP Transmissão	Controle comum		09/02/2019 à 31/01/2033	(18)						
				(23.232)						
Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		05/10/2015 a indeterminado	(48)						
EDP Espírito Santo	Controle comum	170,3	01/01/2015 a 31/12/2044	(1)						
Contrato de prestação de serviços (a)										
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2019 a 31/12/2019	(124)						
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 a 29/07/2019	(524)						
				(697)						
				(11.098)						

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contrato de prestação de serviços

EDP Comercializadora e EDP Energias do Brasil

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Comercializadora para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R\$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

Adicionalmente com a incorporação da ECE Participações (Nota 1.1) a obrigação passou para Companhia Energética do Jari - CEJA.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a ECE Participações e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

8.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. e a CTG Brasil, sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não apresentou dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGOE da Companhia, realizada em 30 de abril de 2020, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$93.377 conforme segue: (i) R\$4.669 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$21.302 como JSCP, apropriados em 28 de novembro de 2019 e 23 de dezembro de 2019; (iv) R\$67.088 como dividendos complementares, sendo o montante de R\$4.070 apropriados em dezembro de 2019; e (v) R\$318 à rubrica de Reserva de Retenção de Lucros, a fim de atender as obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento celebrando com o BNDES.

O saldo de dividendos complementares, foram pagos integralmente nos dias 29 de junho de 2020 e 24 de agosto de 2020.

JSCP

O Conselho de Administração da Companhia, deliberou em 28 de novembro de 2019 a distribuição de JSCP relativo ao exercício de 2019 de R\$ 17.302, sendo R\$14.707 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela mesma, totalmente liquidado em 29 de junho de 2020.

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o crédito de JSCP complementar do exercício de 2019 no montante bruto de R\$4.000, sendo R\$3.400 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela mesma, totalmente liquidado em 29 de junho de 2020.

Em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o crédito de JSCP complementar do exercício de 2020 no montante bruto de R\$37.734, sendo R\$32.074 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela mesma em data de recebimento a ser deliberada, cuja efetivação ficará condicionada à aprovação do BNDES.

Passivo	31/12/2019	Dividendos adicionais	JSCP	Pagamentos	31/12/2020
CTG Brasil	11.088	31.509	16.037	(42.597)	16.037
EDP - Energias do Brasil	11.088	31.509	16.037	(42.597)	16.037
	22.176	63.018	32.074	(85.194)	32.074

10 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Companhia Individual					
	31/12/2019	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	31/12/2020
Depósitos judiciais	19.1	651	31	16	(10)	688
Depósitos vinculados	10.1	23.438	475	13	(2.293)	21.633
Total Circulante		24.089	506	29	(2.293)	22.321

10.1 Depósitos vinculados

Refere-se a garantia exigida no contrato de financiamento junto ao BNDES equivalente a 3 vezes o valor da próxima prestação a ser paga pela Companhia. O valor deverá ser mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato.

11 Prêmio de risco - GSF (Generation Scaling Factor)

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* (GSF) é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho nº 4.140 de 24 de dezembro de 2015. No exercício de 2020 foram amortizados R\$2.474 (R\$2.451 em 2019).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Companhia Individual				Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2019	
Outros créditos - Ativo						
Serviços em curso	12.1	1.083	1.944	1.168	2.771	1.168
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		236		426	426
Estoques	12.2	2.994			2.140	
Despesas pagas antecipadamente		59		57		57
Outros		546		60		60
Total		4.682	2.180	1.285	3.197	3.425
Outras contas a pagar - Passivo						
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas			59		177	177
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.3	986			907	
Encargos setoriais		905			858	
Outros		87		59		59
Total		1.978	59	59	1.824	177

12.1 Serviços em curso

Valores referentes a custos de projeto de P&D de sistemas fotovoltaicos, aplicados desde a fase de construção, a ser compensados com as obrigações no programa de P&D (Nota 1.2.2).

12.2 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2020, de R\$507 (R\$488 em 31 de dezembro de 2019).

12.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Investimentos

Até 30 de novembro de 2019, referiam-se ao investimento na ECE Participações, na qual a Companhia tinha o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), estava avaliada por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Com a incorporação da ECE Participações pela CEJA, em 30 de novembro de 2019 (Nota 1.1), não existem mais investimentos a serem reconhecidos no exercício de 2020.

14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

14.1 Composição do imobilizado

	Taxa anual média de depreciação %	31/12/2020			Taxa anual média de depreciação %	31/12/2019		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,93	403.270	(52.217)	351.053	2,93	403.270	(43.943)	359.327
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	345.496	(46.329)	299.167	2,14	345.496	(38.958)	306.538
Máquinas e equipamentos	2,97	439.488	(81.005)	358.483	2,97	432.443	(66.860)	365.583
Veículos	14,29	1.362	(875)	487	14,29	1.362	(694)	668
Móveis e utensílios	6,25	68	(8)	60	6,25	68	(3)	65
		<u>1.190.443</u>	<u>(180.434)</u>	<u>1.010.009</u>		<u>1.183.398</u>	<u>(150.458)</u>	<u>1.032.940</u>
Transmissão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(616)	2.303	3,33	2.919	(518)	2.401
Máquinas e equipamentos	3,22	37.040	(7.508)	29.532	3,22	37.040	(6.314)	30.726
		<u>39.959</u>	<u>(8.124)</u>	<u>31.835</u>		<u>39.959</u>	<u>(6.832)</u>	<u>33.127</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	113	(11)	102	3,33	113	(7)	106
Máquinas e equipamentos	11,56	57	(33)	24	11,56	57	(29)	28
Veículos	14,29	49	(16)	33	14,29	49	(9)	40
Móveis e utensílios	8,53	382	(134)	248	8,56	376	(102)	274
		<u>601</u>	<u>(194)</u>	<u>407</u>		<u>595</u>	<u>(147)</u>	<u>448</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.231.003</u>	<u>(188.752)</u>	<u>1.042.251</u>		<u>1.223.952</u>	<u>(157.437)</u>	<u>1.066.515</u>
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,33	13	(11)	2		-	-	-
		<u>13</u>	<u>(11)</u>	<u>2</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizado em curso								
Geração		2.154		2.154		3.400		3.400
Total do Imobilizado em curso		<u>2.154</u>	<u>-</u>	<u>2.154</u>		<u>3.400</u>	<u>-</u>	<u>3.400</u>
Total imobilizado		<u>1.233.170</u>	<u>(188.763)</u>	<u>1.044.407</u>		<u>1.227.352</u>	<u>(157.437)</u>	<u>1.069.915</u>

14.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Terrenos	759					759
Reservatórios, barragens e adutoras	359.327			(8.274)		351.053
Edificações, obras civis e benfeitorias	309.045			(7.473)		301.572
Máquinas e equipamentos	396.337		7.045	(15.343)		388.039
Veículos	708			(188)		520
Móveis e utensílios	339		5	(36)		308
Total do imobilizado em serviço	<u>1.066.515</u>	<u>-</u>	<u>7.050</u>	<u>(31.314)</u>	<u>-</u>	<u>1.042.251</u>
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	13		(11)		2
Total Ativos de direito de uso	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	-	5.615	(7.045)		1.430	-
Adiantamento a fornecedores	920				(920)	-
Outros	2.480	183	(5)		(504)	2.154
Total do Imobilizado em curso	<u>3.400</u>	<u>5.798</u>	<u>(7.050)</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>2.154</u>
Total do imobilizado	<u>1.069.915</u>	<u>5.811</u>	<u>-</u>	<u>(31.325)</u>	<u>6</u>	<u>1.044.407</u>

15 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.1 Composição do intangível

	Taxa anual média de amortização %	31/12/2020			Taxa anual média de amortização %	31/12/2019		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,92	10.583	(6.837)	3.746	20,92	10.583	(5.108)	5.475
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,31	19.093	(3.899)	15.194	3,31	18.974	(3.271)	15.703
Direito de concessão - Outros		5.525		5.525	3,30			-
		<u>35.201</u>	<u>(10.736)</u>	<u>24.465</u>		<u>29.557</u>	<u>(8.379)</u>	<u>21.178</u>
Administração								
Software	20,00	201	(149)	52	20,00	201	(114)	87
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(120.718)	463.556	3,31	584.274	(101.403)	482.871
		<u>584.475</u>	<u>(120.867)</u>	<u>463.608</u>		<u>584.475</u>	<u>(101.517)</u>	<u>482.958</u>
Total do Intangível em serviço		<u>619.676</u>	<u>(131.603)</u>	<u>488.073</u>		<u>614.032</u>	<u>(109.896)</u>	<u>504.136</u>
Intangível em curso								
Geração		(163)		(163)		252		252
Total do Intangível em Curso		<u>(163)</u>	<u>-</u>	<u>(163)</u>		<u>252</u>	<u>-</u>	<u>252</u>
Total Intangível		<u>619.513</u>	<u>(131.603)</u>	<u>487.910</u>		<u>614.284</u>	<u>(109.896)</u>	<u>504.388</u>

15.2 Movimentação do intangível

		Valor líquido em		Amortiza-		Reclassifi-	Valor líquido em
	Nota	31/12/2019	Ingressos	ções	Baixas	cação	31/12/2020
Intangível em serviço							
Software		87		(35)			52
Direito de concessão - Licenças ambientais		5.475		(1.729)			3.746
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	15.2.1	15.703	119	(628)			15.194
Direito de concessão - Outros	15.2.2	482.871	5.525	(19.315)			469.081
Total do Intangível em serviço		504.136	5.644	(21.707)	-	-	488.073
Intangível em curso							
Outros Intangíveis em curso		252	6		(415)	(6)	(163)
Total do intangível em curso		252	6	-	(415)	(6)	(163)
Total Intangível		504.388	5.650	(21.707)	(415)	(6)	487.910

15.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Jari. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 18) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em setembro de 2014, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.2.1).

15.2.2 Direito de Concessão - Outros

Refere-se à alocação do preço de compra relativa à transferência da participação de 100% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia, anuído em 20 de dezembro de 2011 pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, conforme requerido pelo CPC 15 (R1). A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação da UHE Jari e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.2).

16 Fornecedores

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica	16.1	3.455	12.580
Encargos de uso da rede elétrica		2.677	2.611
Operações CCEE	16.2	65.134	48.863
Materiais e serviços		10.475	9.333
Total		81.741	73.387

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

16.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da liquidação de compra de energia para constituição de lastro, ocorrida em dezembro de 2019, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do aumento do fator GSF no referido exercício.

16.2 Operações CCEE

O saldo de R\$65.134 em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao resultado da liminar relatada na nota 5.1, atualizado monetariamente até a referida data, classificado como Provisão até o trânsito em julgado da ação judicial, o montante também está adicionado do resultado da aplicação do novo FID até a competência de dezembro de 2020, conforme resumo abaixo:

	31/12/2020
FID liminar referente de agosto de 2015 a fevereiro de 2019	39.503
Composição de março 2019 até dezembro de 2020	11.266
Atualização monetária até dezembro 2020	14.365
FID total em 31 de dezembro de 2020	65.134

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantia	31/12/2020				31/12/2019			
										Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
										Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante	
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%. Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de receitas; (iv) Fiança Corporativa da Energias do Brasil; e (v) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	1.508	52.621	492.721	546.850	1.789	57.068	541.311	600.168
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação			(100)	(451)	(551)		(109)	(239)	(348)
										1.508	52.521	492.270	546.299	1.789	56.959	541.072	599.820

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$546.850 em 31 de dezembro de 2020 (R\$600.168 em 31 de dezembro de 2019).

Em 11 de setembro de 2019 o BNDES autorizou a incorporação da ECE Participações S.A pela Companhia Energetica do Jari - CEJA através da Carta 84/2019 BNDES AE/DEENE1, que assumiu a qualidade de Beneficiária do contrato de financiamento em todos os direitos e obrigações.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante						
Principal	57.068	(53.038)		48.590		52.620
Juros	1.789	(38.294)	38.013			1.508
Custo de transação	(109)			212	(202)	(99)
	<u>58.748</u>	<u>(91.332)</u>	<u>38.013</u>	<u>48.802</u>	<u>(202)</u>	<u>54.029</u>
Não circulante						
Principal	541.311			(48.590)		492.721
Custo de transação	(239)			(212)		(451)
	<u>541.072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.802)</u>	<u>-</u>	<u>492.270</u>

17.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2021	54.029
	<u>54.029</u>
Não circulante	
2022	52.235
2023	52.244
2024 até 2028	261.371
2029 até 2033	126.420
	<u>492.270</u>
Total	<u>546.299</u>

18 Uso do Bem Público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.2.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 15) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 3 de junho de 2011, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Uso do Bem Público	1.901		(10)	102	(2.013)	2.164	2.144
	<u>1.901</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>102</u>	<u>(2.013)</u>	<u>2.164</u>	<u>2.144</u>
Não Circulante							
Uso do Bem Público	22.740	119	(4.324)	11.387		(2.164)	27.758
	<u>22.740</u>	<u>119</u>	<u>(4.324)</u>	<u>11.387</u>	<u>-</u>	<u>(2.164)</u>	<u>27.758</u>

19 Provisões

	Nota	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	19.1		2.579		1.951
Licenças ambientais	19.2	2.205	4.120	2.888	3.320
Total		<u>2.205</u>	<u>6.699</u>	<u>2.888</u>	<u>5.271</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Ativo	
		Saldo em 31/12/2019	Constituição	Baixas		Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2020	Depósito judicial
				Pagamentos	Reversões			
Trabalhistas	19.1.1.1	1.711	226	(9)	(197)	347	2.078	119
Cíveis		21	131	(2)	(14)	50	186	426
Fiscais		25				5	30	
Outros		194	235	(49)	(95)		285	
Total Não circulante		1.951	592	(60)	(306)	402	2.579	119
								426

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		31/12/2020	31/12/2019	Depósito judicial	
				31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas		1.037	880	143	155
Cíveis	19.1.2.1	23.350	19.935		
Fiscais	19.1.2.2	29.409	711	70	
Total		53.796	21.526	213	155

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$163 em 31 de dezembro de 2020.

19.1.2.1 Cíveis

A Companhia, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A Companhia aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 31 de dezembro de 2020 o valor estimado da causa é de R\$23.350 (R\$19.808 em 31 de dezembro de 2019) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

19.1.2.2 Fiscais

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado em 30 de junho de 2020 pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por supostas informações incorretas nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições), bem como, a cobrança de PIS e COFINS do período de 2016, visto que não foram consideradas as peculiaridades do setor de energia para fins de apuração desses impostos. O montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$28.677. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

19.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$2.205 (R\$2.888 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação – LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo do exercício, que considera a estimativa de gastos para a manutenção da licença por mais 4 anos, é atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 4 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.572 (R\$2.274 em 2019). Deste montante, R\$1.504 (R\$2.237 em 2019) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$68 (R\$37 em 2019) são relativos a gastos com gestão de resíduos, de águas residuais e outras atividades de gestão e proteção do meio ambiente em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2019	Pagamentos	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Circulante	2.888	(1.572)	586	894	24	(615)	2.205
Não circulante	3.320		869	(894)	825		4.120
Total	6.208	(1.572)	1.455	-	849	(615)	6.325

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$850.824 (R\$850.824 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		90.183	93.377
Constituição da reserva legal - 5%	20.2	(4.509)	
		<u>85.674</u>	<u>93.377</u>

Destinação do lucro:

Lucro do exercício a deliberar	20.2.1	<u>33.573</u>	
		<u>33.573</u>	-

20.2.1 Reservas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de lucros			
Legal	20.2.1	12.056	7.547
Retenção de lucros	20.2.1.1	3.194	2.877
Incentivos fiscais	24.1	14.367	
Lucros retidos à deliberar	20.2.1.1	<u>33.573</u>	<u>63.335</u>
Total		<u>63.190</u>	<u>73.759</u>

20.2.1.1 Lucros retidos à deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20.2.1.2 Retenção de lucros

É constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar eventuais investimentos da Companhia submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	MWh (*)		R\$	
	Companhia Individual	Consolidado	Companhia Individual	Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia	1.852.546	1.860.655	314.223	306.697
Energia de curto prazo		19.203	5.973	6.493
Receita operacional bruta	1.852.546	1.879.858	320.196	313.190
(-) Deduções à receita operacional				
ICMS			(4.689)	(2.848)
PIS/COFINS			(29.184)	(28.706)
	-	-	(33.873)	(31.554)
Encargos do consumidor				
P&D			(2.707)	(2.629)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(7.113)	(9.238)
Outros encargos			(1.202)	(1.207)
	-	-	(11.022)	(13.074)
	-	-	(44.895)	(44.628)
Receita	1.852.546	1.879.858	275.301	268.562

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

22

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e na controlada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Companhia Individual					
	2020					
	Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	48.431				48.431
Encargos de uso da rede elétrica		23.176				23.176
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	22.2	(5.525)				(5.525)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.3		4.835	632		5.467
Material			785	(15)		770
Serviços de terceiros	22.4		5.649	1.021		6.670
Depreciação - Imobilizado em serviço			31.151	163		31.314
Depreciação - Ativos de direito de uso				11		11
Amortização			926	20.781		21.707
Outras		240	94	1.541	259	2.134
Total		66.322	43.440	24.134	259	134.155

	Companhia Individual					
	2019					
	Despesas operacionais		Custo da operação e do serviço			
	Gerais e administrativas	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda		-	38.472			38.472
Encargos de uso da rede elétrica		-	22.074			22.074
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	151	151		4.556	656	5.212
Material		-		1.193	27	1.220
Serviços de terceiros	622	622		4.411	2.147	6.558
Depreciação - Imobilizado em serviço	36	36		29.371	38	29.409
Amortização	12.231	12.231		(6.143)	19.757	13.614
Outras	576	576	202	1.463	796	2.503
Total	13.616	13.616	60.748	34.851	23.421	119.062

22.1 Energia elétrica comprada para revenda

		Companhia Individual	Consolidado
	Nota	2020	2019
Contratos de compra de energia por quantidade	22.1.1	18.550	35.793
Energia de curto prazo	22.1.2	71.368	48.724
Outros		2.410	2.766
(-) Ressarcimentos CCEE	22.1.2	(38.960)	(44.889)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(4.937)	(3.922)
		48.431	38.472

22.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de minimizar exposição financeira negativa na CCEE.

22.1.2 Energia de curto prazo e Ressarcimentos CCEE

Em ambos os exercícios o GSF ficou abaixo do fator de proteção contratado pela Companhia, o que determinou o direito ao recebimento do ressarcimento, sendo que a média para 2020 foi de 75,56%, ante 72,59% em 2019, associado ao valor de PLD médio.

22.2 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

O montante de R\$5.525 reconhecido nesta rubrica refere-se a recuperação parcial dos custos com GSF auferidos pela Companhia, um incremento de 3,8 meses no prazo de sua concessão (Nota 1.2), estimados pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

22.3 Pessoal

	Companhia Individual	Consolidado
	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	2.787	2.712
Encargos	990	919
Despesas rescisórias	52	106
Outros benefícios - Corrente	1.058	982
Outros	580	493
	5.467	5.212

22.4 Serviços de terceiros

		Companhia Individual	Consolidado
	Nota	2020	2019
Serviços de consultoria		943	1.508
Serviços de manutenção	22.4.1	3.692	2.860
Serviços de limpeza e vigilância		562	471
Serviços de informática		474	622
Serviços de publicação e publicidade		205	391
Serviços de transporte		193	329
Serviços Compartilhados			7
(-) Crédito de PIS/COFINS		(310)	
Outros		911	370
		6.670	6.558

22.4.1 Serviços de manutenção

O aumento relativo aos serviços de manutenção no exercício ocorreu devido a parada programada para manutenção, que ocorre a cada três anos, sendo executados serviços de manutenção preventiva nas unidades geradoras.

23 Resultado financeiro

		Companhia Individual	Consolidado
	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.326	3.778
Energia vendida		5.415	2.298
Depósitos judiciais		16	26
Juros e multa sobre tributos	6	75	670
Outros juros e variações monetárias			1.042
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(389)	(667)
Outras receitas financeiras		461	223
		7.904	7.370
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(37.811)	(49.728)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos		(47)	(107)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	6	(402)	(119)
Uso do bem público		(7.155)	(3.210)
Fator de Disponibilidade - FID	19.1.1	(12.237)	(1.980)
Outros juros e variações monetárias		(2.303)	(183)
Outras despesas financeiras		(486)	(2.437)
		(60.441)	(57.764)
Total		(52.537)	(50.394)

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Nota	Companhia Individual	
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	88.609	99.106
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(30.127)	(33.697)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Doações	(372)	(8)
Juros sobre o capital próprio	12.830	7.243
Outras	(17)	1
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	6.567	299
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(2.233)	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	535	192
SUDAM	14.367	20.241
Outros	24	
Despesa de IRPJ e CSLL	1.574	(5.729)
Alíquota Efetiva	-1,78%	5,78%

24.1 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

Em 23 de abril de 2018 a ECE obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 24/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos, a partir do exercício fiscal de 2018.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais na Companhia.

Com a incorporação da ECE Participações (Nota 1.1) a Companhia deixou de ter o direito ao reconhecimento desta redução. OS trâmites necessários para ter o direito na sua forma societária atual foram finalizados e a Companhia aguarda o pronunciamento da SUDAM.

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação para os exercícios apresentados são calculados pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operara com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado “básico” por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado “diluído” por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado “básico e diluído” por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Companhia Individual	
	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	90.183	93.377
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	3,49628	3,62011

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

26.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

		Companhia Individual		Consolidado		
		31/12/2020		31/12/2019		
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4	Nível 2	67.455	67.455	50.192	50.192
			67.455	67.455	50.192	50.192
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos conta movimento	4	Nível 2	9.618	9.618	8.492	8.492
Concessionárias	5	Nível 2	54.998	54.998	78.007	78.007
Cauções e depósitos vinculados	10	Nível 2	21.633	21.633	23.438	23.438
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	236	236	426	426
			86.485	86.485	110.363	110.363
			153.940	153.940	160.555	160.555

			Companhia Individual		Consolidado	
			31/12/2020		31/12/2019	
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	16	Nível 2	81.741	81.741	73.387	73.387
Uso do bem público	18	Nível 2	31.113	29.902	23.451	24.641
Empréstimos, financiamentos e encargos de	17					
Moeda nacional		Nível 2	546.299	546.299	599.820	599.820
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	59	59	177	177
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	5	1		
Licenças ambientais	19.2	Nível 2	6.572	6.325	5.847	6.208
			665.789	664.327	702.682	704.233

26.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

26.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

26.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público, arrendamento e aluguéis e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

26.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

26.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 17 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos significativos encontram-se controlados pelos motivos acima descritos.

26.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	67.455	934			934	233	465	(233)	(466)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	21.633	564	562		1.126	285	571	(284)	(566)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	89.088	1.498	562	-	2.060	518	1.036	(517)	(1.032)
Operação	Risco									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	546.850	(32.671)	(105.560)	(52.447)	(190.678)	(33.880)	(67.386)	34.262	68.916
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	546.850	(32.671)	(105.560)	(52.447)	(190.678)	(33.880)	(67.386)	34.262	68.916

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 1,8% e 6,0% a.a.; e TJLP entre 4,2% e 5,2% a.a.

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Companhia Individual						
	31/12/2020					31/12/2019	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos		Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	14.743	5.578	61.420			81.741	73.381
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				59		59	177
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.177	14.354	32.498	208.997	283.273	546.299	599.820
Uso do bem público	177	352	1.615	9.838	17.920	29.902	24.641
Arrendamentos e aluguéis			1			1	-
Licenças ambientais	417	374	1.414	4.120		6.325	6.208
	22.514	20.658	96.948	223.014	301.193	664.327	704.233

26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2020, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

26.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi negativo na Companhia em R\$21.351 (R\$15.330 negativo em 31 de dezembro de 2019). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, ao aumento das obrigações junto aos fornecedores e dos dividendos a pagar, que poderão ser pagos com suas próprias receitas ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 89% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 11).

26.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco de crédito seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, entre outras) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

26.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	Companhia Individual	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos	546.299	599.820
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(77.073)	(58.684)
(-) Cauções	(21.633)	(23.438)
Dívida líquida	447.593	517.698
Total do Patrimônio Líquido	914.014	924.583
Total do capital	1.361.607	1.442.281
Índice de alavancagem financeira - %	32,87%	35,89%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Companhia Individual					
Nota	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2020
			Variação monetária e cambial	Adições / baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	23.438	(1.818)	13		21.633
	23.438	(1.818)	13	-	21.633
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	9	22.176	(85.194)	95.092	32.074
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	599.820	(91.332)	37.811	546.299
Arrendamentos e aluguéis		-		6	6
	621.996	(176.526)	-	132.909	578.379
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)					
	598.558	(174.708)	(13)	132.909	556.746

Companhia Individual				
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Adições / baixas	Saldo em 31/12/2019
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento				
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	-	(2.221)		(2.221)
	-	(2.221)	-	(2.221)
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	9.900	(51.800)	64.076	22.176
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	(7.790)	4.008	(3.782)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	72.000		(72.000)	-
Capital social	778.824		72.000	850.824
	860.724	(59.590)	68.084	869.218
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)				
	860.724	(57.369)	68.084	871.439

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa	
			Variação monetária e cambial	Adições / baixas
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento				
Cauções vinculados a empréstimos e financiamentos	26.755	(4.558)	1.241	
	26.755	(4.558)	1.241	-
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	9.900	(51.800)		64.076
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	650.584	(100.492)	1.970	47.758
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	72.000			(72.000)
Capital social	778.824			72.000
	1.511.308	(152.292)	1.970	111.834
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)				
	1.484.553	(147.734)	729	111.834

27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

Nota	Companhia Individual		Consolidado
	2020	2019	2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		32.074	22.176
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	19.2	(615)	(4.019)
Aumento no direito de concessão - GSF	22.2	5.525	
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	15.2	119	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado		13	
Total		37.116	22.176
			18.157

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

	Companhia Individual					
	31/12/2020					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2025	Total geral	Total geral Reapresentado
Obrigações de compra						
Compra de Energia	513	1.246	1.138	4.611	7.508	8.019
Materiais e serviços	7.827	6.341	558	939	15.665	30.698
Prêmio de risco - GSF				65.915	65.915	65.915
Juros vencidos de empréstimos e						
Financiamentos	31.977	49.556	34.492	33.405	149.430	179.308
	40.317	57.143	36.188	104.870	238.518	283.940

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Companhia Individual					31/12/2019
	31/12/2020					
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2025	Total geral	Total geral Reapresentado
Obrigações de compra						
Compra de Energia	485	1.298	1.298	8.922	12.003	12.329
Materiais e serviços	7.611	7.093	718	1.746	17.168	26.997
Prêmio de risco - GSF				241.616	241.616	241.616
Juros vencidos de empréstimos e						
Financiamentos	33.468	56.096	42.899	46.988	179.451	226.353
	41.564	64.487	44.915	299.272	450.238	507.295

28.2 Garantias

No consolidado, a Controladora apresenta outras garantias na modalidade Recebíveis, em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.160 (R\$2.089 em 31 de dezembro de 2019). Os valores de garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14), estão demonstrados em suas respectivas notas.

29 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Companhia Individual				Consolidado	
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	3.975	3.975	3.975	3.975	3.975	3.975
Usinas	1.032.182	200.000	1.032.182	200.000	1.032.182	3.975
Linhas de Transmissão	28.387	28.387	28.387	28.387	28.387	200.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)						28.387
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000		
Transportes (veículos)	360	360	360	360	360	360
Seguro de vida	2.889	(*)	2.478	(*)	2.478	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190; e
- (ii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu Presidente	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho Conselheiro	Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Lourival Teixeira Dos Santos Sobrinho Diretor Operacional e Técnico
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6
---	--